

Sufrágio Feminino: o apagamento histórico das mulheres negras na luta pelo direito ao voto nos Estados Unidos

Mulheres, Raça e Classe.

DAVIS, Angela. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 62-78; pp.119-132.

O capítulo 3 do livro **Mulheres, Raça e Classe**, intitulado “*Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres*”, de autoria da intelectual, professora doutora e ativista Angela Davis (2016), narra como os atravessamentos de classe e raça foram suprimidos no movimento de mulheres na luta por seus direitos. Davis (2016) inicia discorrendo sobre os eventos marcantes do começo das mobilizações pelos direitos das mulheres, como a convenção de Seneca Falls. A autora relata que o movimento era composto por antiescravagistas, mas nem por isso as mulheres negras tinham suas pautas ouvidas, ou tinham espaço para participar ativamente como agentes reflexivas. Nesse mesmo sentido, as mulheres brancas trabalhadoras também foram ignoradas no movimento encabeçado por mulheres brancas de classe média.

A mudança deste cenário se dá pela mobilização das trabalhadoras, com protestos e greves, e a presença de Sojourner Truth nas convenções cujo objetivo era discutir os direitos das mulheres. O discurso de sua autoria, “Não sou eu uma mulher”, impactou os homens brancos que questionavam a capacidade das mulheres para terem direitos iguais, bem como foi uma resposta às atitudes racistas

de mulheres brancas que pertenciam ao movimento. Portanto, Sojourner Truth expôs o caráter racista e classista do movimento de mulheres.

Muitas/os abolicionistas não reconheciam o capitalismo como um sistema opressivo que vitimizava a mão de obra operária por meio da exploração econômica. Davis (2016) aponta para um cenário em que as líderes do movimento de mulheres não admitiam a relação sistemática entre a escravização negra, a exploração econômica e a opressão social das mulheres.

Apesar da luta secular das mulheres negras nas Américas para a emancipação do povo negro, ainda assim, muitas vezes não ocupamos um lugar de destaque no debate acadêmico e político que reverbera na luta por direitos tanto da população negra quanto das mulheres. Grada Kilomba (2019) explica que isto ocasionou a demanda por políticas de proteção e igualdade, que consideravam um sujeito universal: a pauta do combate ao racismo cujo centro são os homens negros cisheterossexuais; e contra a violência de gênero com foco nas experiências de mulheres brancas cisheterossexuais. Ocuparmos os nossos lugares enquanto sujeitas (KILOMBA, 2019) significa reivindicar direitos para um sujeito não universal e a-histórico, baseado na figura de homens brancos, para que, assim, possamos cada vez mais visibilizar as nossas pautas e materializar uma existência digna.

No que tange ao capítulo 7, intitulado “*O Sufrágio Feminino na Virada do Século: A crescente Influência do Racismo*”, Davis (2016) explica o contexto de toda a luta das mulheres sufragistas, nos Estados Unidos, pelo direito

¹ Resenha apresentada como Trabalho Final no **Componente Curricular Gênero, Poder e Violência**. Para a realização desta atividade avaliativa, selecionamos **dois textos da autora Angela Davis (2016)**, apresentados nas aulas da Prof.ª Dr.ª Maria Luzia Miranda Alvares.

ao voto, no período do final do século XIX e início do século XX. E em todo o processo de luta das sufragistas, fica evidenciada a negação das sufragistas brancas do direito ao voto às mulheres negras e aos homens negros.

No decorrer de todo o capítulo, Davis (2016) apresenta o contexto de opressão vivenciado pela população negra, construído do racismo em ascensão naquela época, que colocava os direitos e a vida da população negra em risco, culminando no linchamento de homens negros, ação legitimada por Leis e pelo Estado. No entanto, o movimento sufragista estava centrado em apenas garantir o direito de voto às mulheres brancas, mesmo contando com todo apoio e luta das sufragistas negras, não havia nenhuma manifestação de interesse na luta contra o racismo que dizimava a vida de mulheres negras e homens negros.

O contexto histórico vivenciado pela população negra estadunidense desse período tem algumas similitudes com a realidade brasileira no que compete ao descaso e legitimação das opressões do Estado, voltado à população negra. E, nesse contexto, as mulheres negras são as mais afetadas. Dessa feita, é importante frisar que o racismo é uma construção ideológica que perpassa a vida da população negra em vários contextos e sociedades, se concretizando em práticas raciais discriminatórias. E, assim como no movimento sufragista, o movimento feminista brasileiro, fruto dessa construção histórica colonial, racista e sexista, não foi solidário com as pautas das mulheres negras. É o que nos afere a filósofa e ativista Sueli Carneiro (2019):

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que

o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (CARNEIRO, 2019, p.20)

Carneiro (2019, p. 120) aponta um elemento importante para pensarmos a realidade das mulheres negras, que é o gênero como “[...] elemento estruturante das desigualdades raciais dentro do movimento feminista”. O pensamento da antropóloga Lélia Gonzalez (2018a) coincide com o de Carneiro quando afirma a realidade da mulher negra no movimento feminista, de quase exclusão dos textos e discursos do movimento, que não se atentaram para a realidade da opressão racial, na qual as mulheres negras estão inseridas. E é somente pela insistência e resistência das mulheres negras que as desigualdades, racismo e discriminação racial tiveram que ser colocadas em pauta dentro do feminismo branco.

Olhando para o próprio feminismo branco, percebemos o quanto ainda nós, mulheres negras, disputamos o direito a expor as nossas narrativas sem as universalizações sobre mulher no singular. Na maioria das vezes, muitas feministas brancas não nos ofertam escuta política. Nas palavras da feminista paquistanesa e muçulmana, Rafia Zakaria (2021):

Uma feminista branca é alguém que se recusa a considerar o papel que a branquitude e o privilégio racial ligado a ela desempenhou a continuar a desempenhar na universalização das preocupações, pautas e crenças de feministas brancas como se fossem as mesmas de todos os feminismos e feministas. (...) Uma feminista branca pode ser uma mulher que respeita seriamente os preceitos da “interseccionalidade” (...) mas falha em ceder espaço para feministas de cor que têm sido ignoradas, invisibilizadas e excluídas do movimento feminista. (...)

para ser uma feminista branca você simplesmente tem que ser alguém que aceita os benefícios conferidos pela supremacia branca às custas das pessoas de cor, enquanto reivindica o apoio à igualdade dos gêneros e a solidariedade entre “todas” as mulheres. (ZAKARIA, 2021, pp. 10-11)

Se as sufragistas brancas não aceitavam e nem atendiam as pautas das mulheres negras nos séculos passados, especialmente as que pontuava o linchamento dos homens negros nos Estados Unidos naquela época, muitas feministas brancas do presente, seja nos Estados Unidos ou no Brasil, continuam não incluindo as nossas reivindicações dentro dos movimentos feministas. Como nossas ancestrais negras não soltaram as mãos dos homens negros, nós ativistas negras do presente também não as soltaremos. A nossa lealdade racial com os homens negros é inegociável enquanto os Estados do continente americano os assassinarem e os exterminarem sistematicamente apenas pela cor da pele, embasado em estereótipos racistas construídos pelo patriarcado branco. O que muitas feministas brancas têm o privilégio de não entender é que as mortes constantes de jovens e homens negros também matam as mulheres negras, simbólica e letalmente, nos fazendo viver e conviver com uma dor intraduzível em palavras. Nós, mulheres negras, vivemos cotidianamente com o terror da morte!

Outro ponto a ser destacado nesse não-direito ao existir para as mulheres negras é o tempo todo termos de lutar constantemente contra as imagens de controle encarceradoras dos nossos corpos. As imagens da “mãe preta, mulata e doméstica”, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos – muitas vezes só mudando as nomenclaturas, conforme nos apresenta a socióloga Patricia Hill Collins e a antropóloga Lélia Gonzalez –, continuam permeando

os imaginários de homens brancos e mulheres brancas, que ainda nos veem como serviçais. Mesmo no espaço acadêmico, quando ocupamos a mesma posição de docentes e pesquisadoras, ainda assim, intelectuais brancas e intelectuais brancos, acreditam que podem nos tutelar, supõem que somos as que temos de executar os trabalhos que elas e eles não querem realizar, especialmente no quesito relações étnico-raciais. Ou, muitas vezes, se acham no direito de nos dizer o que devemos ou não pesquisar; o que devemos ou não falar; o que devemos ou não lecionar. Fazem isso porque, na maior parte do tempo, as imagens de controle das mulheres negras continuam incrustadas nos calabouços dos seus cérebros.

A partir da leitura de Davis (2016), podemos nos questionar: *o que mudou?* Provavelmente, muitas pessoas brancas dirão: - *vocês não são mais escravizadas!* Sim, não estamos mais nas senzalas, e, isso, devemos às nossas e aos nossos ancestrais, que acreditaram na liberdade e lutaram por ela, em meio a toda atrocidade do sistema escravista. Mas muitas irmãs negras seguem servindo na casa grande, por impossibilidades de escolhas; muitas irmãs negras continuam fora da academia na condição de discente, docente e agente reflexiva; muitas irmãs negras estão encarceradas nos sistemas prisionais; muitas irmãs negras tombaram e tombam todos os dias nos solos dessas Américas inventadas pela colonização do passado e pela colonialidade do presente; muitas irmãs negras carregam em suas existências a dor de ter tido seus companheiros, filhos, amigos, pais, sobrinhos e vizinhos assassinados/exterminados pelo genocídio em curso executado pelo Estado nas Américas. São nessas ações concretas que se materializam o nosso não direito ao existir. Mas, apesar das imagens dos tumbeiros nos assombrarem a cada dia, não podemos esquecer o que nos lembra Patrícia Hill Collins: “[...] Os governos mudam, mas a

longa história de compromisso e criatividade das mulheres negras persiste nessa luta pela reivindicação de nossa humanidade plena.” (COLLINS, 2019, p.12).

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: *Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). 2018a. p. 47.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019.

ZAKARIA, Rafia. *Contra o feminismo branco*. Tradução Solaine Chioro, Thaís Britto. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Luzia Gomes Ferreira – Poeta; Feminista Negra; Doutora em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades de Tecnologias/ULHT); Mestra em Antropologia (Universidade Federal do Pará/UFPA); Bacharela em Museologia (Universidade Federal da Bahia/UFBA); Pós-Graduanda em Análise de Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina - (Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes – GEPEM/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFPA). Docente do Curso de Bacharelado em Museologia, Faculdade de Artes Visuais – FAV/ Instituto de Ciências da Arte – ICA/UFPA.

Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira – Assistente Social (Universidade Federal do Pará/UFPA); Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA. Pós-Graduanda em Análise de Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina – (Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes – GEPEM/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFPA).

Samara Tirza Dias Siqueira – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA; Pós-Graduanda em Análise de Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina – (Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes – GEPEM/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFPA); Bacharela em Direito pela UFPA.